

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

RAFAEL CINTURION DE SOUZA

**MOVIMENTOS CONSERVADORES FRENTE ÀS QUESTÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO DEBATE EDUCACIONAL**

**Dourados
2024**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

RAFAEL CINTURION DE SOUZA

**MOVIMENTOS CONSERVADORES FRENTE ÀS QUESTÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO DEBATE EDUCACIONAL**

Projeto de pesquisa elaborado
como requisito para aprovação na
disciplina de trabalho de conclusão
de curso – TCC II do curso de
Educação Física da Universidade
Federal da Grande Dourados, sob
orientação da Prof. Dr:(a) Cassia
Cristina Furlan

Dourados

2024

RESUMO: O objeto de estudo desta pesquisa foi as ofensivas antigênero e sexualidade no debate educacional. O objetivo geral foi analisar produções científicas nas últimas décadas que tem produzido reflexões sobre discursos antigênero e as suas consequências para o ambiente educacional. Buscamos desconstruir os percursos discursivos que instilam medo e coação no trabalho docente, visando à criação de resistências e à promoção da liberdade para os educadores, sobretudo nas redes de ensino público. A metodologia foi a análise documental, revisão da literatura, levantamento do objeto em teses e dissertações na BDTD e CAPES. O recorte temporal entre os anos 2011 a 2022. Como resultado produções destacam que as pesquisas presentes na Base de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) abordam a influência dos movimentos conservadores na educação, focando especialmente nas políticas educacionais, currículos escolares e práticas pedagógicas relacionadas a questões de gênero, sexualidade num cenário discursivo, as discussões sobre ofensivas antigênero e sexualidade no debate educacional refletem não apenas conflitos sobre o currículo escolar, mas também disputas ideológicas mais amplas na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero e sexualidade. Educação. Ofensivas antigênero. Discurso

ABSTRACT: The object of study of this research was anti-gender and sexuality offensives in the educational debate. The general objective was to analyze scientific productions in recent decades that have produced reflections on anti-gender discourses and their consequences for the educational environment. We seek to deconstruct the discursive paths that instill fear and coercion in teaching work, aiming to create resistance and promote freedom for educators, especially in public education networks. The methodology was document analysis, literature review, survey of the object in theses and dissertations at BDTD and CAPES. The time frame between the years 2011 to 2022. As a result, productions highlight that the research present in the Theses and Dissertations Database (BDTD) addresses the influence of conservative movements in education, focusing especially on educational policies, school curricula and related pedagogical practices to issues of gender, sexuality in a discursive scenario, discussions about anti-gender offensives and sexuality in the educational debate reflect not only conflicts over the school curriculum, but also broader ideological disputes in society.

KEYWORDS: Gender and sexuality. Education. Anti-gender offensives. Speech

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objeto de estudo as ofensivas antigênero e sexualidade no debate educacional. É uma pesquisa de cunho qualitativo, de análise documental e bibliográfica. O objetivo geral foi analisar produções científicas nas últimas décadas que tem produzido reflexões sobre discursos antigênero e as suas consequências para o ambiente educacional. E especificamente 1). Discutir como as questões de gênero e sexualidade tem interferido nos debates e reflexões dentro das escolas, discutindo tais implicações para a educação e para a democracia e nos projetos políticos e pedagógicos; 2). Avaliar quais as consequências produzidas por essas discursividades acerca das ofensivas antigênero para o ambiente educacional.

Fundamentadas em teóricos que questionam essas construções discursivas, nosso objetivo é indicar direções e oportunidades para analisar os processos de consolidação de uma campanha anti-gênero. Buscamos desconstruir os percursos discursivos que instilam medo e coação no trabalho docente, visando à criação de resistências e à promoção da liberdade para os educadores, sobretudo nas redes de ensino público.

Acerca dos procedimentos metodológicos e métodos, essa pesquisa é um estudo de abordagem qualitativa, produzida a partir de uma revisão da literatura, tendo o recorte temporal entre os anos 2011 a 2022.

Assim, essa abordagem ajuda na identificação de um número maior de publicações que podem ser incorporadas ao estudo de revisão, possibilitando uma análise crítica e reflexiva de todo o material selecionado. Para a busca dessas produções, optamos por utilizar a plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) como ferramenta para a seleção dos textos, visando selecioná-los referentes aos anos de 2011 até 2022. Provenientes dos termos de pesquisa: Educação, Ideologia de Gênero, Leis e campo educacional, foram encontrados 35 artigos, analisados e separados posteriormente para serem utilizados na pesquisa como referencial teórico.

Os critérios de inclusão definidos para a busca dos trabalhos foram: estudos sobre educação/ orientação sexual nas escolas, publicados entre o período de 2011-2022, nos idiomas português, inglês e espanhol.

Os descritores de busca na BDTD foram: “Educação” AND “Ideologia de Gênero” e “orientação sexual” AND “escolas”. Também foi organizado um quadro com dissertações das temáticas encontradas pertinente ao objeto de estudo.

Foram excluídas produções que buscavam compreender a percepção dos professores sobre sexualidade, artigos que relatavam estratégias de educação/orientação sexual fora do ambiente escolar e artigos sobre educação sexual na família, uma vez que não eram o foco do presente estudo.

As análises dos materiais obtidos nas diferentes etapas da pesquisa foram baseadas na técnica de análise de conteúdo de Bardin (1979, p. 42), que integra,

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

A análise de conteúdo pode ser considerada como uma ferramenta, apresentando uma ampla variedade de formas de configuração e adaptabilidade a um extenso campo de contextos, como o campo das comunicações, dentre outros. A análise de conteúdo é composta por três etapas: a etapa preliminar, a exploração do material, e o tratamento e processamento de resultados (BARDIN, 1979).

A partir desta técnica categorizaremos e debateremos os resultados encontrados na pesquisa à luz dos referenciais teóricos adotados para tal fim, quais sejam: Educação, Ideologia de Gênero, Leis e campo educacional.

2. DIÁLOGOS E IMPACTOS DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS DEBATES ESCOLARES EDUCACIONAIS E NA DEMOCRACIA

Quadro 1. Quantitativo de produções mapeadas na BDTD.

 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	
Descritores	Trabalhos localizados
1-“orientação sexual” AND “escolas”	265
2-"Educação" AND "Ideologia de Gênero"	103
Total	368

Fonte: Elaborado pelo autor (SOUZA, 2024).

Na BDTD, foram localizados o total 368 trabalhos e posteriormente foram sendo selecionados conforme contemplava o objetivo da pesquisa deste estudo em questão. Como categoria de análise, fez-se a leitura dos títulos, palavras chave e, conforme a temática contemplasse o objetivo de busca do estudo, foi sendo selecionado para a leitura dos resumos

dos trabalhos. Com o descritor “orientação sexual” AND “escolas” a busca mostrou 265 trabalhos, ao fazer a verificação destes trabalhos, a seleção resultou em 20 trabalhos selecionados. Já com o descritor "Educação" AND "Ideologia de Gênero" foram localizados um total de 103 trabalhos.

Desses 368 trabalhos, 40 foram selecionados e, analisados foram 8. Os oito trabalhos analisados são dos anos de 2016 a 2022. A escolha do quantitativo de trabalhos selecionados para esta análise, utilizou os critérios de anos de publicação de trabalhos mais recentes e que versavam sobre a temática deste estudo, uma vez que temos o Plano Nacional de Educação de 2014 a 2024 em vigor.

Quadro 2. Levantamento das produções na BDTD.

 Autor (a)	Banco de Teses e Dissertações da BDTD		Ano	Descritor de busca
	Tema da produção			
Meire Ellen Moreno	Feminismos e antifeminismos na política brasileira: "ideologia de gênero" no Plano Nacional de Educação 2014	Dissertação	2016	"Educação" AND "Ideologia de Gênero"
Joel Martins Cavalcante	Análise da "Ideologia de Gênero" no Plano Municipal de Educação de João Pessoa (2015-2025)	Dissertação	2017	"Educação" AND "Ideologia de Gênero"
Marcos Felipe Gonçalves Maia	O Discurso midiático da ideologia de gênero e sua ressonância nos planos estadual e municipais de educação do Tocantins	Dissertação	2017	"Educação" AND "Ideologia de Gênero"
Gabriela Campos dos Santos	Por que não falar de gênero?: a polêmica da ideologia de gênero e os planos municipais e nacional de educação	Dissertação	2018	"Educação" AND "Ideologia de Gênero"
Jansen Carlos Vieira da Silva	Embates sobre questões de gênero e sexualidade no Plano Municipal de Educação de Santa Maria/RN: o fruto proibido na educação escolar	Dissertação	2018	"Educação" AND "Ideologia de Gênero"
Melina Costa Lima Fraga	“Meninos vestem azul e meninas vestem rosa”: analisando redes discursivas e as lições de gênero do “Escola Sem Partido”	Dissertação	2019	“orientação sexual” AND “escolas”
Guilherme Lima de Arruda	“Caça às bruxas” na educação contemporânea: a lei da “ideologia de gênero” e as ameaças á autonomia docente na Paraíba (2017-	Dissertação	2020	"Educação" AND "Ideologia de Gênero"

	2018)			
Bruno Caetano Felipe da Silva	"Ideologia de gênero" e a inter-relação entre os discursos político e pedagógico em uma formação discursiva conservadora	Dissertação	2022	“orientação sexual” AND “escolas”

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (SOUZA, 2023).

No quadro 2, os estudos estão classificados e são listados com base no nome do autor (a), título do trabalho, natureza do trabalho, ano de publicação e descritor de busca. A organização das categorias nas tabelas foi feita com o objetivo de tornar suas descrições mais simples. Em relação às análises apresentadas por esses estudos, observou-se que cada um aborda o tema de forma distinta, embora todos abordem a questão da ideologia de gênero. Com exceção dos trabalhos de Cavalcante (2017), Maia (2017), Santos (2018) e Silva (2018), pois seus trabalhos versam sobre o Plano Municipal de Educação de determinados municípios. Cavalcante (2017), Maia (2017), Santos (2018) e Silva (2018)

Cavalcante (2017) analisou as discussões em torno da diversidade de gênero e sexual a ideologia de gênero, no processo de construção e aprovação do Plano Municipal de Educação de João Pessoa. Cavalcante (2017) discutiu os fundamentos dos Direitos Humanos na perspectiva contra-hegemônica e intercultural de modo a contribuir para o respeito às diversidades de gênero e sexual, entendendo o contexto histórico-conceitual e os aspectos normativos internacionais e nacionais que fundamentam a educação nesta perspectiva.

Cavalcante (2017) como objetivo específico analisou os embates entre os setores fundamentalistas e aliados com as demais forças políticas e o governo federal no debate das políticas educacionais nos últimos anos relativos à diversidade de gênero e sexual e compreender os contextos discursivos pertinentes à ideologia de gênero na construção do Plano Municipal de Educação de João Pessoa.

A pesquisa de Cavalcante (2017) foi de cunho qualitativo de natureza bibliográfica e documental, ele utilizou leis, diretrizes nacionais, pactos e convenções internacionais, atas, planos, documentos das Conferências Nacional e Municipal de Educação, blogs, sites, vídeos, postagens no facebook e instagram, notas públicas e técnicas, livros em torno da diversidade de gênero e sexual nos planos de educação.

Sua dissertação comprovou que as alianças entre os segmentos fundamentalistas e partidos políticos numa direção distinta e antagônica à CONAE contrária ao princípio da não discriminação e do respeito à diversidade como parte do jogo democrático, apesar disso, a diversidade de gênero e sexual encontra respaldo normativo para ser trabalhada na educação escolar. Mediante o trabalho do autor, vemos que há respaldo legal para ser trabalhado a

temática na educação, o que interpõem são os discursos exacerbado na sociedade por determinados sujeitos.

O trabalho de Maia (2017) teve por foco compreender quais as forças/relações de poder que se colocaram em cena no debate sobre gênero nas políticas educativas contemporâneas, analisando como elas se manifestaram nos processos de elaboração dos Planos Nacional e Municipais de Educação, sobretudo, tendo em vista o caso específico dos municípios de Sorocaba (SP) e Apiaí (SP).

Maia (2017) também focou em saber como estes debates se manifestaram na esfera pública, através de análise de notícias, reportagens e postagens de redes sociais. Para realizar tal debate, fundamentou, no pensamento genealógico de Michel Foucault, no que diz respeito ao modo como o poder se manifesta e é produzido, orientando a vida e as condutas dos seres humanos em sociedade e no que se refere aos dispositivos que contribuem para a produção de determinados modos de subjetividade.

Maia (2017) destaca que os discursos presentes nos Planos de Educação e nos processos de construção destes. Com sua pesquisa foi possível observar, portanto, que as violências perpassam o dito e o não dito, parecendo sentirem-se mais à vontade para consolidar-se onde o não dito é a regra, e passam a ser incômodas quando são observadas e ditas, onde o privilégio se vê com pouca voz e reivindica novamente sua fala.

Santos (2018) trata sobre compreender quais as forças/relações de poder que se colocaram em cena no debate sobre gênero nas políticas educativas contemporâneas, analisando como elas se manifestaram nos processos de elaboração dos Planos Nacional e Municipais de Educação, sobretudo tendo em vista o caso específico dos municípios de Sorocaba (SP) e Apiaí (SP), ele também focou em compreender em como estes debates se manifestaram na esfera pública, através de análise de notícias, reportagens e postagens de redes sociais.

Silva, J. (2018) investigou os fatores relacionados à retirada das questões de gênero e sexualidade do Plano Municipal de Educação (2015-2025) de Santa Maria/RN. Para tal finalidade, ele realizou entrevistas semiestruturadas com três integrantes do Fórum Municipal de Educação de Santa Maria/RN responsáveis pela análise e reelaboração das metas e estratégias do PME e condução de todo o processo de construção e aprovação do documento-base. O conceito de gênero desenvolvido no trabalho de Silva, J. (2018) baseia-se principalmente nos estudos liderados por Guacira Lopes Louro (1945-) entre outros pesquisadores da temática.

Moreno (2016) analisou sobre o processo político de formulação do Plano Nacional de Educação 2014, especialmente no que diz respeito à recusa das referências aos termos gênero e sexualidade/orientação sexual do Plano. O seu objetivo geral foi a investigar as disputas políticas em torno de ideias e concepções de direitos entre grupos favoráveis e contrários à inclusão da agenda de gênero na política educacional brasileira.

Fraga (2019) investiga o campo discursivo dos estudos de gênero, considerando que este constitui um amplo e plural universo que afeta a esfera educacional em todas as suas dimensões. Neste trabalho, ele se volta acerca do conjunto de enunciados do Escola Sem partido — ESP, procurando apreender as discursividades produzidas e postas em circulação por este movimento, pretendendo identificar as lições emergentes calcadas em enunciados sexistas e misóginos, a fim de problematizá-las. Assim, na perspectiva de reconhecer a inter-relação entre conhecimento, poder e subjetividade, Fraga (2019) procurou compreender como a concepção sobre o gênero e consequentes formações discursivas podem interferir no trabalho com a identidade de sujeitos escolarizados. No que se refere à orientação epistêmica, da pesquisa a autora a realizou em consonância com o campo discursivo feminista e com pressupostos das metodologias da pesquisa feminista, pós-crítica e arqueogenealógica foucaultiana.

Arruda (2020) teve como objetivo analisar as repercussões midiáticas acerca da aprovação dos projetos de lei da ideologia de gênero em três municípios paraibanos, que foram: Santa Rita, Patos e Campina Grande. Esses três municípios citados, proíbem o debate de gênero nas escolas do ensino básico. O autor pesquisou no recorte temporal dos anos de 2017 e 2018. Ele utilizou como embasamento teórico a perspectiva foucaultiana, a Análise do Discurso de Michel Foucault (2014), bem como analisar as narrativas dos vereadores proponentes dos projetos de lei e as construções discursivas travadas nas mídias digitais a respeito da aprovação dessas leis. As fontes problematizadas pelo pesquisador foram os projetos de lei aprovados nas casas legislativas, as entrevistas realizadas com os vereadores e professores dos municípios, o autor também utilizou as postagens nas redes sociais de pessoas posicionando-se contra ou a favor da aprovação da lei, as fotografias das manifestações de resistência por parte dos professores e os documentos que regem a educação brasileira, o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A dissertação de Silva, B. (2022) analisou os efeitos de sentido do uso do sintagma nominal ideologia de gênero nos pronunciamentos de dois parlamentares, deputado federal Pastor Marco Feliciano e deputado federal Luiz Fernando, então filiados ao Partido Social

Cristão (PSC) e Partido Progressista (PP), respectivamente. Nesse tocante, percebesse um esforço grandioso para tal levantamento de dados para a pesquisa de arruda (2020).

Conforme Silva, B. (2022, p. 8)

[...] os pronunciamentos ocorreram no dia 8 de abril de 2014, durante reunião da comissão especial destinada a proferir o segundo Plano Nacional de Educação (PNE). “Ideologia de gênero” foi repetidamente utilizado por parlamentares, que se denominam conservadores, para se referirem à inserção de assuntos relacionados ao sexo e gênero em determinadas disciplinas no contexto escolar.

O autor utilizou como processo metodológico o mecanismo de paráfrases no campo da Análise de Discurso Francesa. Ele desenvolveu um método próprio para armazenar as sequências discursivas pertinentes à sua questão de análise, produzindo o que denominou de quadros de deslinearização de enunciados. Tal ferramenta se mostrou útil na organização do corpus de análise, que, por sua vez, foi produzido segundo as formas definidas por Courtine (2009). Como resultado de sua pesquisa, Silva, B. (2022) enfatiza que ideologia de gênero foi utilizado para descrever apenas orientações sexuais e identidades de gênero que divergem dos sentidos que se inscrevem em uma formação discursiva conservadora. Silva, B. (2022) explica que a formação discursiva como aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. O autor nos mostra que na correlação do discurso político e pedagógico com os saberes da biologia e são atravessados pelo discurso religioso cristão.

As produções científicas sobre esse tema, abordam a influência de movimentos conservadores na formulação de políticas educacionais, nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas relacionadas às questões de gênero e sexualidade.

Essas produções mostram como os movimentos conservadores têm se mobilizado para contestar abordagens mais progressistas ou inclusivas nas instituições de ensino. Além disso, é possível analisar como tais ofensivas impactam a promoção da igualdade de gênero, da diversidade sexual e do respeito às diferenças no ambiente escolar.

Com ênfase na análise, os autores buscam compreender a natureza, estratégias e implicações da ofensiva antigênero por parte dos movimentos conservadores no âmbito educacional. Isso pode envolver uma revisão crítica das políticas propostas, discursos utilizados e o impacto dessas ações nas dinâmicas escolares e na formação dos estudantes.

Ao discorrer sobre o tema gênero, tendo-o como alvo de controvérsias e resistência às políticas antigênero na educação, especialmente ao considerar sua abordagem nos planos de

ensino, implica enfrentar o desafio de superar a visão da "ideologia de gênero" como uma tática de ocultação ou distração diante de questões mais fundamentais em nossa sociedade.

Ao ponto de vista de Prado e Correa (2018), a ideologia de gênero neste contexto não é apenas um conceito ou uma categoria analítica; da forma como o termo é utilizado, caracteriza-se como uma forma de disseminação de inverdades sobre estudos que de fato estariam vinculados a interesses coletivos de grupos que enfrentam preconceitos no cotidiano. Trata-se de uma categoria acusatória amplamente utilizada em um contexto em que a lógica antigênero deixa de ser uma estratégia política dispersa para se tornar uma política pública explícita. Essa mudança é evidenciada na disputa em torno dos planos de educação e na interpretação da função social da educação.

No caso brasileiro, é flagrante, por um lado, o perfil católico-evangélico da ofensiva, mesmo quando a forte frequência do Vaticano, como mentor intelectual dessa cadeia discursiva, seja obscurecida pela estridência evangélica. Por outro lado, também é fundamental, reconhecer a contribuição da participação de outras vozes religiosas como kardecistas e judeus de direita e de setores seculares, como os ditos liberais do Movimento Brasil Livre (MBL), juristas, médicos/as, professoras/es e políticos que não são necessariamente religiosos do qual um exemplo é o Escola sem Partido (PRADO; CORRÊA, 2018, p. 445).

O texto supracitado apresenta uma análise sobre a influência de diferentes vozes religiosas e setores da sociedade brasileira em uma ofensiva de cunho católico-evangélico. O mesmo fornece uma visão geral, explorando as motivações por trás da ofensiva, suas ramificações sociais e políticas, ou seja, destaca a diversidade de vozes envolvidas na ofensiva. Enfatizando assim os retratos tanto transnacionais quanto nacionais das chamadas cruzadas antigênero.

Essas cruzadas referem-se a movimentos e esforços que buscam combater ou restringir avanços relacionados aos direitos e identidades de gênero, muitas vezes associados a agendas conservadoras ou fundamentalistas. O artigo analisa como esses retratos são construídos, disseminados e influenciam a política, a sociedade e a cultura em diferentes contextos ao redor do mundo. Ele pode examinar a retórica, estratégias e impactos dessas cruzadas antigênero em várias escalas, desde o nível local até o internacional.

Assim, ao discutir esse assunto, é pertinente considerar a diversidade de contextos culturais, políticos e sociais em que essas cruzadas antigênero operam, bem como as formas como diferentes atores, incluindo governos, organizações religiosas, grupos da sociedade civil e indivíduos, respondem a essas dinâmicas. Por meio dessa análise, podemos compreender melhor as complexidades desses debates e identificar estratégias eficazes para promover a igualdade de gênero e proteger os direitos humanos em todo o mundo.

3. NARRATIVAS SE CONSTROEM E SE ESPALHAM, MOLDANDO SUBJETIVIDADES SOCIAIS

No decorrer do processo de produção de conhecimento, narrativas se formam e se estendem por diversos espaços, incorporando perspectivas particulares sobre conhecimento, estruturas sociais e grupos e, essas narrativas influenciam a legitimação de certos conhecimentos em detrimento de outros. O que aprendemos é filtrado por quem o ensina, e esse processo se reflete também na categorização de conhecimentos e nas relações de gênero e sexualidade, essas são reflexões acerca do que se observa por meio dos estudos já elencados.

Analizando por esse contexto, por uma ótica foucaultiana, Foucault (1970) vai nos dizer que os discursos e o poder desempenham um papel na formação das subjetividades, situação essa que a sociedade vem vivenciando na atualidade. Conforme o filósofo,

[...] estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém (FOUCAULT, 1970, p. 7).

Foucault (1970) nos faz pensar e compreender que os sujeitos são moldados pelas diversas interações sociais, resultando em aprendizados influenciados por discursos vindos de várias fontes, como mídia, igreja, movimentos sociais, entre outros, podendo ou não ser respaldados pela ciência ou outras crenças. Pois é nessa intencionalidade que uma massa dominadora e conservadora se faz validade por meio da proliferação discursiva oficial, midiática e ideológica, principalmente essa última, valendo-se sempre da família, da ordem, respeito e moral.

Levando em conta os discursos difundidos na atual configuração da sociedade e a polarização das ideologias, depara-se cada vez mais com ideias extremas de natureza binária e sexista, que estão ocupando espaço nas discussões sobre essas questões. Foucault (1970, p. 8-9) vai nos dizer que,

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2014, p. 8-9).

Então, Foucault destaca que, em toda sociedade a produção do discurso é controlada e existem mecanismos ou estruturas que influenciam e direcionam o que pode ser dito e de que

maneira. Esses controles podem se manifestar de diversas formas, incluindo instituições, normas sociais e políticas de censura à concepção de ideologia de gênero.

A concepção simplificada da ideologia de gênero, como uma interpretação distorcida da verdade histórica, distorce estudos e pesquisas que incentivam o ensino sobre respeito às diferenças, aos gêneros e comunidades LGBTQI+. A ideia subjacente à falácia da ideologia de gênero destaca que a valorização do respeito e altruísmo pode ser considerada como uma causa para uma ideologia destrutiva em relação às religiões, resultando na contestação dos dogmas relacionados à família natural e na inflexibilidade em relação aos conceitos tradicionais de corpos, gêneros e sexualidades, que são baseados na visão do sexo biológico como o único marcador inquestionável das identidades. É importante salientar que a disseminação desses discursos está intrinsecamente ligada às políticas e à linguagem de poder. E é justamente o que Foucault através de seus conceitos, nos ajuda a pensar como muitas vezes uma minoria da sociedade é silenciada e interditada, sem voto de expressão, ele diz ainda que,

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (FOUCAULT, 2014, p. 9).

De forma que o termo ideologia de gênero é empregado como um rótulo e estratégia política-sexual para orientar o debate em favor de um conservadorismo ativo na sociedade brasileira. Isso ocorre mediante uma intencionalidade político-conservadora incorporada na expressão, muitas vezes respaldada por uma pretensa legitimidade científica.

Nesse conjunto de circunstâncias os dogmas religiosos são frequentemente invocados para justificar ações e escolhas na sociedade humana e política. Essas ações visam promover algo que é percebido como superior, muitas vezes se disfarçando sob o ativismo religioso, o que acarreta diversas consequências para a educação e compromete a consolidação da compreensão dos direitos humanos. Nesse contexto, ocorre a banalização da equidade de gênero, bem como da liberdade de orientação sexual e da identidade de gênero.

Louro (2008) destaca que na sociedade contemporânea ainda existem diferenças de valores entre os gêneros, resultando em desigualdades. Ele ressalta que o entendimento do gênero como algo fluido, que não define a identidade ou as capacidades de um indivíduo, está distante na consciência social. A falta de compreensão global sobre questões de gênero contribui para julgamentos e discriminações. Ele também enfatiza a importância de esclarecer que gênero se refere à identificação como masculino ou feminino e não determina as ações,

atividades ou profissões de um indivíduo, seja no contexto profissional ou social. Porém, as pessoas que não têm essa compreensão entendem de outra forma, a qual uma determinada massa social estabelece, e gerando cunho ameaçador as pessoas que não comungam de mesma ideia, ocasionando muitas vezes na violência de diversas formas.

Uma situação caótica e agressiva enfrentada por Judith Butler, pesquisadora e filósofa pós-estruturalista, que enfrentou ataques durante sua visita ao Brasil relacionadas à ofensiva antigênero.

Conforme BUTLER (2018),

A genealogia toma como foco o gênero e a análise relacional por este sugerida justamente porque o ‘feminino’ já não parece mais uma noção estável, sendo o seu significado tão problemático e errático quanto o significado de ‘mulher’, e também porque ambos os termos ganham esse significado problemático apenas como termos relacionais. Além disso, não é mais certo que a teoria feminista deva tentar resolver as questões da identidade primária para dar continuidade à tarefa política. Em vez disso, devemos nos perguntar: que possibilidades políticas são consequência de uma crítica radical das categorias de identidade? Que formas novas de política surgem quando a noção de identidade como base comum já não restringe o discurso sobre políticas feministas? E até que ponto o esforço para localizar uma identidade comum como fundamento para uma política feminista impede uma investigação radical sobre as construções e as normas políticas da própria identidade? (BUTLER, 2018, p. 10).

A genealogia concentra-se no gênero, adotando uma análise relacional devido à instabilidade percebida na noção de feminino, tornando-se tão problemática quanto o termo mulher. Ambos os termos adquirem significados problemáticos apenas em relação a outros. A filósofa destaca a importância de estudar a articulação entre gênero, sexualidade e educação sem reforçar normatividades. Questões como essas são importantes de serem tratadas.

A ênfase nesse percurso que podemos chamar de histórico, transita no cenário da sociedade e principalmente na educação, uma vez que as discussões nesse campo são bastante delicadas, versam num arcabouço aonde insere-se ideologias, conceitos e identitários de determinadas classes.

Observa-se no cenário político conservador, o surgimento de um movimento denominado Escola sem partido (ESP), e de concepções reacionárias provenientes de movimentos conservadores associados a think tanks¹ e,

Para efeito didático de contextualização, o Movimento Escola sem Partido é inventado em 2004, pelo advogado paulista Miguel Nagib, que se apropria de ideias reacionárias de movimentos conservadores norte-americanos e de projetos neoliberais encampados por corporações transnacionais conhecidas como think

¹ Os *think tanks* são organizações que têm como propósito produzir conhecimento em diferentes áreas para exercer influência na execução das políticas governamentais e na formação da opinião pública (CAETANO; MENDES, 2020).

tanks, especialmente com o objetivo de contestar currículos escolares e a liberdade de cátedra de professoras (res) (CARVALHO; POLIZEL, 2016 apud FURLAN; CARVALHO, 2020, p. 172).

O qual em um primeiro momento parecia ser uma defesa da liberdade de expressão nos ambientes educacionais e uma busca por apresentar eventos históricos sob diversas perspectivas para fomentar o pensamento crítico, transformou-se em uma campanha que procura reprimir explicações, conceitos e posições que diferem da narrativa dominante sobre a história, a ciência e o que é considerado norma social.

A grande explosão do Movimento, em termos de adesão e simpatia à sua filosofia, dá-se em 2014, quando o então Deputado Flávio Bolsonaro protocola o primeiro Projeto de Lei Escola sem Partido na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Encomendado primeiramente pelos Bolsonaros, o Projeto transforma-se em uma minuta disponibilizada na internet para que políticas(os) dos Estados e Municípios e pessoas interessadas possam copiar e garantir a representatividade do movimento em casas legislativas, em seus núcleos escolares e familiares (FURLAN; CARVALHO, 2020, p. 172).

Nesse tocante, as autoras descrevem o aumento significativo no apoio ao Movimento Escola sem Partido em 2014, apresentado pelo Deputado Flávio Bolsonaro esse Projeto de Lei Escola sem Partido. Inicialmente concebido pelos Bolsonaros, essa disponibilidade online permitiu que políticos de diversos estados e municípios, assim como sujeitos interessados, copiassem e promovessem a representatividade do movimento em várias instâncias legislativas, em escolas e em ambientes familiares, sendo uma disseminação em massa de interesse de uma minoria superior em relação poder legislativo, político e partidário extrema direita, tangendo assim, uma pedagogia de controle no cenário educacional.

Considerações finais

Esta pesquisa compreendeu uma análise das ofensivas antigênero e sexualidade no contexto do debate educacional. De natureza qualitativa, a pesquisa adotou métodos de análise documental e bibliográfica.

O objetivo geral foi analisar as discussões e reflexões escolares de gênero e sexualidade, a qual vem debatendo essas questões e a represália e resistência sofrida por parte de grupos conservadores que travam uma luta antigênero e permanecem distante da realidade social do país. Os trabalhos em questão abordam diversas discussões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade, bem como à ideologia de gênero, em diferentes contextos educacionais e políticos.

Ao tratar a temática gênero, sendo esse o alvo de controvérsias e resistência, especialmente nos planos de ensino, a pesquisa enfrentou o desafio de superar a visão simplificada da ideologia de gênero como uma estratégia de ocultação diante de questões mais fundamentais em nossa sociedade. Segundo a concepção de Prado e Correa (2018), a ideologia de gênero é mais do que uma categoria analítica, é um interesse coletivo de grupos que enfrentam preconceitos diários.

A atuação dos movimentos conservadores, especialmente a ascensão do Movimento Escola sem Partido, foi evidenciada ao longo do tempo, com um marco significativo em 2014 com o primeiro Projeto de Lei Escola sem Partido na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. O projeto, inicialmente concebido pelos Bolsonaros, tornou-se uma minuta disponibilizada online para replicação por políticos, instituições educacionais e indivíduos interessados em promover a agenda do movimento.

Posto que se verificou uma conexão entre as ofensivas antigênero e o perfil católico-evangélico, embora também seja crucial reconhecer a contribuição de outras vozes religiosas e setores seculares. A complexidade dessas interações sociais, filtradas pelos discursos que moldam subjetividades, destaca a importância de compreender como as narrativas influenciam a legitimação de conhecimentos e a consolidação de ideologias. A análise sob a perspectiva de Foucault ressalta o papel dos discursos e do poder na formação das subjetividades, mostrando como as sociedades são moldadas por diversas interações sociais. A disseminação de discursos oficiais, midiáticos e ideológicos por uma massa dominadora e conservadora é uma estratégia para validar ideias que, muitas vezes, silenciam minorias e perpetuam visões binárias e sexistas.

Quanto ao levantamento na BDTD e as abordagens temáticas, essas produções destacam que as pesquisas presentes na Base de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) abordam a influência dos movimentos conservadores na educação, focando especialmente nas políticas educacionais, currículos escolares e práticas pedagógicas relacionadas a questões de gênero, sexualidade num cenário discursivo. O texto indica que essas produções científicas evidenciam como os movimentos conservadores têm atuado para contestar abordagens mais progressistas e inclusivas nas instituições de ensino.

Ademais, as análises presentes na BDTD mostram como tais ofensivas impactam a promoção da igualdade de gênero, da diversidade sexual e do respeito às diferenças no ambiente escolar. A ênfase na análise sugere que os autores buscam compreender profundamente a natureza, estratégias e implicações da ofensiva antigênero conduzida pelos movimentos conservadores na esfera educacional. Isso pode incluir uma revisão crítica das

políticas propostas, dos discursos utilizados e do impacto dessas ações nas dinâmicas escolares e na formação dos estudantes.

Em síntese, as discussões sobre ofensivas antigênero e sexualidade no debate educacional refletem não apenas conflitos sobre o currículo escolar, mas também disputas ideológicas mais amplas na sociedade. A simplificação da ideologia de gênero como uma tática destrutiva demonstra como discursos poderosos moldam percepções e influenciam políticas públicas, evidenciando a necessidade contínua de análises críticas e resistência à instrumentalização do conhecimento em prol de agendas conservadoras.

Assim, esses trabalhos são de suma importância para o campo da educação por abordarem discussões fundamentais relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade, além da ideologia de gênero, em contextos educacionais e políticos variados. Ao examinarem essas temáticas, os estudos contribuem para um entendimento mais profundo dos desafios enfrentados pela educação em promover a inclusão, o respeito à diversidade e a igualdade de direitos para todos os alunos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Além disso, esses trabalhos ajudam a identificar e problematizar as dinâmicas de poder e resistência presentes nos debates políticos e sociais relacionados à educação e às políticas de gênero. Ao trazerem essas questões e analisarem suas implicações, os estudos fornecem subsídios importantes para a formulação de políticas educacionais mais inclusivas e para a promoção de ambientes escolares mais justos e respeitosos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Julgadas inconstitucionais leis sobre Escola Livre e proibição de ensino de sexualidade**. – Brasília, 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=450392&ori=>

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Base Nacional Comum Curricular: Educação física / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/bncc-20dezsite.pdf>

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2018.

CAETANO, Maria Raquel. MENDES, Valdelaine da Rosa. Think tanks, redes e a atuação do empresariado na educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, 2020.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de; POLIZEL, Alexandre Luiz; MAIO, Eliane Rose. Uma escola sem partido: discursividade, currículos e movimentos sociais. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, [S.L.], v. 37, n. 2, p. 193, 12 jun. 2016. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1679-0383.2016v37n2p193>.

COSTA, Angelo Brandelli. ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, Sílvia H. COUTO, Maria Clara P. de Paula.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FURLAN, Cássia Cristina. CARVALHO, Fabiana Aparecida de. COMUNISMO E GÊNERO NO ESCOLA SEM PARTIDO: NOTAS PARA NÃO SUCUMBIR A UMA PEDAGOGIA FASCISTA. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 168-186, abr./jun. 2020.

HOHENDORFF, Jean Von. **Manual de produção científica** [recurso eletrônico] – Porto Alegre: Penso, 2014. Disponível em: 86651c7b1f7a4a92e.pdf.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, v.19, n.2, p.17-23, 2008.

POLIZEL, Alexandre Luiz. CARVALHO, Fabiana Aparecida. Biopolíticas de negação ao gênero e ao Feminismo no Movimento Escola sem Partido. In: 13º Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11: Transformações, conexões, deslocamentos. Florianópolis, 2017. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2017.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; CORRÊA Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 444-448, 2018.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educ. Soc., Campinas**, v. 38, n. 138, p.9-26, jan./mar. 2017.